

Modelo de Inventário de Dados Pessoais (Versão - Dezembro de 2023)

O Inventário de Dados Pessoais – IDP consiste no registro das operações de tratamento dos dados pessoais realizados pelo órgão ou entidade, em cumprimento ao art. 37 da LGPD. De uma forma geral, esse registro mantido pelo IDP envolve descrever informações em relação ao tratamento de dados pessoais realizado pelo órgão ou entidade relacionados aos serviços, processos de negócio e políticas públicas executadas pela instituição. O IDP representa um documento importante do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (art. 50, §1º, I), além de subsidiar a avaliação de impacto à proteção de dados pessoais com vistas a verificar a conformidade da instituição no que se refere ao preconizado pela LGPD. Por fim, O IDP deve funcionar como um diagnóstico o mais completo e realista possível sobre todos os tratamentos de dados pessoais realizados pela instituição, sendo um documento vivo e de atualização permanente, sendo recomendável que já tenha uma data estimada para realização da atualização (recomenda-se 12 meses após a elaboração da primeira versão), pois se trata de um documento "vivo", que é atualizado sempre que necessário, mas, pelo menos, 1 (uma) vez a cada 12 meses. É recomendável que o IDP seja validado pelo Secretário ou seu substituto, no caso de Administração Direta, ou o Presidente, Diretor ou substituto, no caso de Administração Indireta.

Não-Escopo:

Este Inventário de Dados Pessoais tem por objetivo manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas por controladores e operadores. Este instrumento não se confunde com mapeamento de dados ou catálogo de bases de dados, pois o IDP deve incluir dados em meio físico e digital, além de servir para cumprir as obrigações da LGPD. Por fim, trata-se de um instrumento fundamental de apoio à atuação dos encarregados de dados dos órgãos e entidades da Prefeitura, pois permitirá subsidiar os encarregados de informações acerca dos titulares de dados pessoais que porventura o órgão ou entidade possua.

IDP, RIPD e conformidade

O IDP consiste no registro das operações de tratamento dos dados pessoais realizados pela instituição, ele proporciona uma espécie de “fotografia” do atual cenário do tratamento de dados pessoais do serviço/processo de negócio. As informações contidas no IDP fornecem subsídios para a elaboração do RIPD, o qual é um instrumento fundamental para avaliação da conformidade do tratamento de dados pessoais em relação à LGPD, bem como de análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos adotados. Se no momento da instituição finalizar a elaboração do IDP identifique, por exemplo, a necessidade de minimização dos dados pessoais tratados ou incompatibilidades de adequação à finalidade do tratamento de dados, não há objeções, caso opte por sanar imediatamente no serviço/processo de negócio essas não conformidades antes da elaboração do RIPD. Todavia, após realizar tal ação é indicado que seja gerado nova versão do IDP, refletindo o novo cenário de tratamento de dados pessoais. Fonte: Guia de Elaboração de Inventário de Dados Pessoais do Governo Federal.

Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi/guia_inventario_dados_pessoais.pdf

Modelo de Inventário de Dados Pessoais (Versão - Dezembro de 2023)

Controlador	Nome:		Site:		Endereço:	
	CPF:		Cidade:		E-mail:	
Encarregado de Dados	Nome:		Estado:		Telefone:	
	CPF:		Cidade:			

Data de elaboração:		Data de atualização:		Responsável (responsáveis) pela elaboração:														
1. NOME DO SERVIÇO/PROCESSO DE REGISTRO QUE REALIZA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	2. FINALIDADE DO PROCESSO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	3. AGENTES DE TRATAMENTO	3.1. Fase(s) do Ciclo de Vida de Tratamento de Dados Pessoais	4. DADOS PESSOAIS UTILIZADOS	5. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS UTILIZADOS	6. CATEGORIAS DOS TITULARES DE DADOS	7. ORIGEM DOS DADOS	8. LOCALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO	9. BASE LEGAL DE TRATAMENTO	10. PREVISÃO LEGAL	11. CICLO DE VIDA DOS DADOS	12. COMPARTILHAMENTO COM TERCEIROS	13. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS DADOS	14. SISTEMAS, APLICAÇÕES OU BANCOS DE DADOS UTILIZADOS	15. MEDIDAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 11.745 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	16. ANONIMIZAÇÃO OU CRIPTOGRAFIA	17. CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE FORMALIZAM O COMPARTILHAMENTO	18. TERMOS DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE VIGENTES
<p>Descrição: Identificar qual o nome do serviço, política pública ou processo de registro, processo ou sistema interno, nome, ou sistema, processo interno, site, perfil no processo de institucional que realiza tratamento de dados pessoais.</p> <p>Exemplo 1: Atendimento ao cidadão através dos canais do 1746</p>	<p>Descrição: identificar a finalidade específica de tratamento de dados pessoais, de acordo com o art. 6º I, de LGPD</p> <p>Exemplo 1: Atendimento ao cidadão para fazer solicitações de serviço e informação, além de reclamações, críticas, denúncias, elogios e sugestões à Civeonda da Prefeitura</p>	<p>Descrição: identificar os agentes de tratamento de dados pessoais, com a indicação de controlador e operador, caso exista.</p> <p>Exemplo 1: Controlador: CVL Operador: Empresa xxxxx (provedora do serviço)</p>	<p>Descrição: Em qual fase do ciclo de vida o Operador atua: Coleta, Retenção, Processamento, Compartilhamento, Eliminação.</p> <p>Exemplo 1: A Empresa xxxxxxxx coleta, retém, processa e, após fim, elimina os dados pessoais tratados.</p>	<p>Descrição: identificar quais os dados pessoais são tratados no serviço, processo ou política pública.</p> <p>Exemplo 1: Nome, CPF, E-mail, Endereço</p>	<p>Descrição: identificar quais os dados pessoais sensíveis são tratados no serviço, processo ou política pública, entendo-se dados pessoais sensíveis como mas não limitado a: dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, quando política, filiação a partido ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.</p> <p>Exemplo 1: Não há dado sensível coletado</p>	<p>Descrição: Definir quais os titulares dos dados pessoais tratados, tais como cidadãos, servidores públicos, partes contratadas, beneficiários de uma política pública, candidatos a um concurso público, entre outros.</p> <p>Exemplo 1: Cidadãos usuários do 1746</p>	<p>Descrição: Informar de que forma os dados pessoais ou dados pessoais sensíveis são inicialmente coletados ou inseridos no sistema, processo de serviço, processo de registro ou política pública.</p> <p>Exemplo 1: Cadastro preenchido pelo usuário</p>	<p>Descrição: Informar em que bases legais os dados são armazenados e se possível, quem possui acesso a eles.</p> <p>Exemplo 1: Servidores da Prefeitura do Rio, localizados no Brasil</p>	<p>Descrição: Informar qual das bases legais de tratamento constantes da LGPD (art. 7º, II a 14, da LGPD)</p> <p>Exemplo 1: Art. 7º, III, da LGPD (execução de políticas públicas)</p>	<p>Descrição: Informar quais as providências legais existentes para regulamentar a realização daquele serviço, processo ou política pública.</p> <p>Exemplo 1: DECRETO RIO Nº 22.000 DE 22 DE MARÇO DE 2011.</p>	<p>Descrição: definir qual o tempo de vida dos dados pessoais, incluindo desde o momento de sua coleta ou momento de criação até o momento de sua exclusão.</p> <p>Exemplo 1: Não informado.</p>	<p>Descrição: definir os compartimentos dos dados pessoais, incluindo com terceiros, entendo-se a exceção de dados pessoais do serviço, processo de registro ou política pública.</p> <p>Exemplo 1: Empresa contratada METASIX TECNOLOGIA. Todos os órgãos e entidades da Prefeitura que realizam atendimento pelo 1746.</p>	<p>Descrição: definir as transferências internacionais de dados que ocorram, conforme definido no art. 5º, XIV e art. 33 da LGPD.</p> <p>Exemplo 1: Não ocorre transferência internacional de dados.</p>	<p>Descrição: definir sistemas, aplicações digitais ou bancos de dados utilizados em qualquer das etapas de tratamento de dados pessoais do serviço, processo de registro ou política pública.</p> <p>Exemplo 1: Utiliza-se o sistema SIGRC</p>	<p>Descrição: Descrever se as medidas de segurança da informação constantes do Decreto Rio nº 53.700 de 8 de dezembro de 2023, da Resolução CVL nº 216 de 15 de dezembro de 2023 e demais normas subsequentes foram implementadas para os sistemas, aplicações ou bancos de dados.</p> <p>Exemplo 1: Não informado.</p>	<p>Descrição: descrever se há alguma técnica de anonimização ou criptografia realizada sobre os dados pessoais tratados de dados com terceiros.</p> <p>Exemplo 1: Não há anonimização ou criptografia</p>	<p>Descrição: informar contratos, convênios, termos de cooperação, acordos de resultado e demais documentos jurídicos congêneres que formalizam o compartilhamento de dados com terceiros.</p> <p>Exemplo 1: Contrato com empresa DATAMÉRICA Contrato com a empresa METASIX</p>	<p>Descrição: informar se existem termo(s) de uso e política de privacidade vigentes e disponíveis publicamente para o titular de dados pessoais.</p> <p>Exemplo 1: Política de privacidade: https://www.1746.rj.gov.br/politica-de-privacidade Termo de Uso: não possui</p>
<p>Exemplo 2: Emissão de crachá da SMT</p>	<p>Exemplo 2: Emitir crachá para que os servidores da SMT possam ser identificados nos espaços da Prefeitura</p>	<p>Exemplo 2: Controlador: SMT (Equipe de coordenação de gestão de pessoas). Operador: Não há.</p>	<p>Exemplo 2: Não há operadores.</p>	<p>Exemplo 2: Nome completo e RG</p>	<p>Exemplo 2: Tipo sanguíneo e Foto 3x4</p>	<p>Exemplo 2: Servidores da SMT</p>	<p>Exemplo 2: Coleta de documentos físicos através da Coordenação de Gestão de Pessoas da SMT</p>	<p>Exemplo 2: Documentos físicos e suas cópias são armazenadas no âmbito do Fich localizadas na Coordenação de Gestão de Pessoas da SMT</p>	<p>Exemplo 2: Art. 7º, II, LGPD</p>	<p>Exemplo 2: Não informado</p>	<p>Exemplo 2: Apenas o período em que o profissional permanecer nomeado na SMT. Ao ser transferido ou exonerado, os documentos são destruídos.</p>	<p>Exemplo 2: Os documentos não são compartilhados com terceiros</p>	<p>Exemplo 2: Não há transferência internacional de dados</p>	<p>Exemplo 2: Não são utilizados sistemas, aplicações ou bancos de dados</p>	<p>Exemplo 2: Não informado</p>	<p>Exemplo 2: Não há anonimização ou criptografia</p>	<p>Exemplo 2: Não há documentos jurídicos relativos a este processo de registro</p>	<p>Exemplo 2: Não há políticas de segurança nem termo de uso</p>